



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS  
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA  
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MÁRCIA MICHELE CORDEIRO NEVES

**ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE):  
UMA ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL NO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
E DA SAÚDE (CCBS) – UEPB, CAMPINA GRANDE – PB.**

CAMPINA GRANDE - PB

2012

MÁRCIA MICHELE CORDEIRO NEVES

**ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE):  
UMA ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL NO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
E DA SAÚDE (CCBS) – UEPB, CAMPINA GRANDE – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do  
Curso de Licenciatura e Bacharelado em  
Ciências Biológicas que apresenta a  
Coordenação do Curso para obtenção do  
grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

**ORIENTADOR (A): DR<sup>a</sup>: ÉRICA CALDAS SILVA DE OLIVEIRA**

CAMPINA GRANDE – PB

2012.

1.

N518a

Neves, Márcia Michele Cordeiro.

Acessibilidade para portadores de necessidades especiais (PNE) [manuscrito]: uma análise do cenário atual no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) – UEPB, Campina Grande-PB. / Márcia Michele Cordeiro Neves. – 2012.

2. 55 f.: il. color

3. Digitado.

4. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Érica Caldas Silva de Oliveira, Departamento de Ciências Biológicas”.

5. Pessoas com necessidades locomotoras especiais.  
2. Acessibilidade. 3. Instituição de ensino superior. 4. Inclusão social. I. Título.

CDD 21. Ed. 302.14

MÁRCIA MICHELE CORDEIRO NEVES

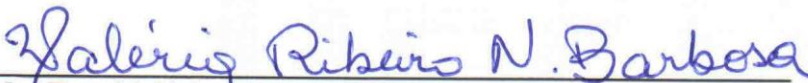
**ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE):  
UMA ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL NO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
E DA SAÚDE (CCBS) – UEPB, CAMPINA GRANDE – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do  
Curso de Licenciatura e Bacharelado em  
Ciências Biológicas que apresenta a  
Coordenação do Curso para obtenção do  
grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Monografia aprovada em 28 / 06 / 2022

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dr<sup>a</sup>: Érica Caldas Silva de Oliveira.

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Valéria Veras Ribeiro

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Valéria Ribeiro Nogueira Barbosa

CAMPINA GRANDE – PB

2012.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1a e 1b	Acesso às dependências dos Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia.	28
Figura 1c	Acesso ao andar superior de Biologia, Enfermagem e Farmácia.	28
Figura 1d	Acesso às salas de aula de Biologia, Enfermagem e Farmácia.	28
Figura 1e	Corredor de Biologia, Enfermagem e Farmácia.	28
Figura 2a e 2b	Dependência dos Sanitários disponibilizados aos alunos de Biologia, Enfermagem e Farmácia.	29
Figura 3	Visão geral do ambiente interno do auditório de Biologia, Enfermagem e Farmácia.	30
Figura 4	Rampa de acesso ao Departamento de Fisioterapia.	31
Figura 5	Visão geral do Corredor do Departamento de Fisioterapia.	32
Figura 6	Visão geral do Sanitário do Departamento de Fisioterapia.	33
Figura 7	Visão geral do ambiente interno do Auditório do Departamento de Fisioterapia.	34
Figura 8	Acesso às dependências do Departamento de Odontologia.	35
Figura 9a	Acesso ao andar superior do Departamento de Odontologia.	36
Figura 9b	Corredor do Departamento de Odontologia.	36
Figura 10	Visão geral do sanitário do Departamento de Odontologia.	37
Figura 11a	Acesso às dependências e salas de aula do Departamento de Psicologia.	38
Figura 11b	Rampa de acesso ao andar superior do Departamento de Psicologia.	38
Figura 12a	Visão geral do sanitário não adaptado do Departamento de Psicologia.	39
Figura 12b	Visão geral do sanitário masculino adaptado para cadeirantes do Departamento de Psicologia.	39
Figura 13a	Acesso às dependências e salas de aula do Departamento de Educação Física.	40

Figura 13b	Acesso ao andar superior do Departamento de Educação Física.	40
Figura 13c	Corredor do Departamento de Educação Física.	40
Figura 14a	Acesso à quadra poliesportiva coberta do Departamento de Educação Física.	42
Figura 14b	Arquibancada da quadra poliesportiva coberta do Departamento de Educação Física.	42
Figura 14c	Quadra poliesportiva externa do Departamento de Educação Física.	42
Figura 15	Acesso à piscina semiolímpica do Departamento de Educação Física.	43
Figura 16a	Acesso ao vestiário do Departamento de Educação Física.	44
Figura 16b	Boxer do Departamento de Educação Física.	44
Figura 17	Acesso à pista de atletismo do Departamento de Educação Física.	45
Figura 18	Acesso ao espaço de grupo e centro de estudo e pesquisas do Departamento de Educação Física.	46
Figura 19	Acesso à sala de dança do Departamento de Educação Física.	47
Figura 20a	Visão geral de um dos estacionamentos do CCBS	48
Figura 20b	Calçada rebaixada para acesso de cadeirantes CCBS.	48

## LISTA DE ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais.
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
IBC	Instituto Benjamin Constant.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IES	Instituto de Ensino Superior.
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos.
NBR	Norma Brasileira Regulamentar.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PNE	Portadores de Necessidade Especiais.
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba.

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1.</b>	<b>GERAL</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2.</b>	<b>ESPECÍFICOS</b> .....	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1</b>	<b>Acessibilidade no Brasil</b> .....	<b>15</b>
<b>3.2</b>	<b>Acessibilidade na Saúde</b> .....	<b>17</b>
<b>3.3</b>	<b>Acessibilidade no Esporte</b> .....	<b>18</b>
<b>3.4</b>	<b>Acessibilidade e Educação</b> .....	<b>19</b>
<b>3.5</b>	<b>Acessibilidade em Instituição de Ensino Superior</b> .....	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>21</b>
<b>4.1</b>	<b>Desenho do Estudo</b> .....	<b>21</b>
<b>4.2</b>	<b>Área do Estudo</b> .....	<b>22</b>
<b>4.3</b>	<b>Coleta de Dados</b> .....	<b>23</b>
<b>4.4</b>	<b>Delineamento</b> .....	<b>25</b>
<b>4.5</b>	<b>Análise dos Dados</b> .....	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>5.1</b>	<b>Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia</b> .....	<b>27</b>
<b>5.2</b>	<b>Departamento de Fisioterapia</b> .....	<b>31</b>
<b>5.3</b>	<b>Departamento de Odontologia</b> .....	<b>35</b>
<b>5.4</b>	<b>Departamento de Psicologia</b> .....	<b>38</b>
<b>5.5</b>	<b>Departamento de Educação Física (DEF)</b> .....	<b>40</b>
<b>5.6</b>	<b>Parte externa dos Departamentos</b> .....	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>49</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>
	<b>ANEXO</b> .....	<b>54</b>



## DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe e a minha filha Maria Clara, que me apoiaram em cada dificuldade vivida. E a meu pai, que lá no céu pediu a Deus por mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e às pessoas que de diversas formas contribuíram para a realização deste trabalho.

Minha família, pelo amor, carinho, dedicação e apoio em todos os momentos.

A meu marido Edivando e a minha filha Maria Clara por terem aceitado se privar de minha companhia pelos estudos, concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

Minha orientadora Érica Caldas pela paciência, dedicação e apoio.

A UEPB por oportunizar minha qualificação profissional através deste curso.

E em especial a meu irmão Bruno por toda ajuda que me deu durante a realização da minha pesquisa e construção desse TCC.

*“pode-se considerar que, quando um único aluno for impedido de entrar numa biblioteca ou numa sala de aula pela simples existência de uma barreira física, a função educadora de uma universidade estará sendo colocada imediatamente em xeque”. Cohen e Duarte (2004)*

## RESUMO

Sabe-se que parte da população brasileira possui algum tipo de deficiência e que a maioria dessa população encontra-se excluída da sociedade, devido à obstáculos e barreiras arquitetônicas encontradas no meio urbano e escolar. Na instituição de ensino superior a realidade não é tão diferente do restante do País, por isso o objetivo desse trabalho foi identificar, diagnosticar e descrever as possíveis barreiras físicas encontradas nos Departamentos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba em Campina Grande, a fim de analisar as condições de acessibilidade pertinentes a esse centro educacional, com o intuito de promover inclusão a todos que nele desejem ingressar ou trabalhar. O trabalho foi realizado através de observação do meio arquitetônico e análise crítica dos itens importantes avaliados, no que se referem ao atendimento de pessoas com necessidades locomotoras especiais, baseando-se nos parâmetros abordados na Norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Com isso pode-se observar que o acesso às salas de aula de todos os departamentos condiz com o proposto pela norma acima citada, no que se refere ao acesso aos departamentos o único que oferece dificuldade é o Departamento de Biologia e que o único que tem sanitário acessível é o Departamento de Psicologia.

**Palavras-chave:** pessoas com necessidades locomotoras especiais, acessibilidade, instituição de ensino superior.

## ABSTRACT

It is known that the Brazilian population has a disability and that the majority of this population is excluded from society because of architectural barriers and obstacles found in urban and school. In higher education institution in reality is not so different from the rest of the country, so the aim of this study was to identify, diagnose and describe possible physical barriers found in the Departments of Biological Sciences and Center for Health at the State University of Paraiba in Campina great, in order to analyze the accessibility conditions pertaining to this educational center, with the aim of promoting inclusion to all who wish to join or work. The work was done through observation of critical analysis of architectural environment and important items evaluated, in referring to assist people with special needs locomotor, based on parameters discussed in NBR 9050 da Brazilian Association of Technical Standards. This can be noted that access to the classrooms of all departments is consistent with the standard proposed by the above-mentioned, with regard to access to the department that offers the only difficulty is the Department of Biology and the only one who has accessible toilet is the Department of Psychology.

**Keywords:** people with special needs locomotor, accessibility, higher education institution.

# 1 INTRODUÇÃO

A Norma Brasileira Regulamentar (NBR) 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos”. (ABNT, NBR 9050, 2004, p.2).

Segundo o Censo do IBGE (2010), 45 milhões de brasileiros disseram ter algum tipo de deficiência, ou seja, quase 24% da população. Quase 13 milhões de pessoas disseram aos pesquisadores do IBGE que têm uma deficiência grave motora, visual, auditiva ou mental. O resultado divulgado pelo censo mostra o tamanho do desafio de dar uma vida digna a milhões de brasileiros. De acordo com a pesquisa, mais de dois milhões de pessoas afirmaram ter deficiência auditiva grave; mais de quatro milhões declararam ter problemas motores severos; e o maior número disse ter uma grande dificuldade ou nenhuma capacidade de enxergar. Em muitos casos, a pessoa tem mais de uma deficiência (<http://g1.globo.com/jornal-nacional>, 2012).

Em relação ao grau de instrução, as diferenças são marcantes, 32,9% da população sem instrução ou com menos de três anos de estudo é portadora de algum tipo de deficiência. As proporções de portadores de deficiência caem quando aumenta o nível de instrução, chegando a 10% de portadores entre as pessoas com mais de 11 anos de estudo (MORAES, 2007).

Garantir a todas as pessoas igual condição para o acesso e a permanência na escola e universidades, sem nenhuma forma de discriminação, é um princípio que está na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), mas para que isso se torne realidade ainda é preciso muita ação para conscientizar os governantes e as instituições de ensino da importância de uma educação inclusiva, que englobe as milhares de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

A Assembleia Geral das Nações Unidas em (Brasil, 1948) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos (Art. 1º.), em seu Artigo 26º, inciso I, estabelece que "toda a pessoa tem direito à educação e essa deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental". O ensino elementar é obrigatório. "O ensino técnico e profissional deve ser

generalizado"; O Artigo 27º proclama, no inciso I, que "toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de usufruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam". Em fim, esta Declaração assegura às pessoas com deficiência direitos equivalentes aos das outras pessoas.

O Estatuto da criança e do Adolescente (Brasil, 1990) reforça essa afirmação com o exposto no Art. 54 inciso II que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Segundo a declaração de Salamanca em 1994 "As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades, diz também que as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos" (BRASIL, 1994).

Mas a educação inclusiva não deve ser vista como prioridade apenas dos ensinos fundamentais e médios, pois os portadores de necessidades especiais também têm direito a ingressar e permanecer em Instituições de Ensino Superior (IESs) presenciais. Pois segundo Cohen e Duarte (2004) "pode-se considerar que, quando um único aluno for impedido de entrar numa biblioteca ou numa sala de aula pela simples existência de uma barreira física, a função educadora de uma universidade estará sendo colocada imediatamente em xeque".

Em 02 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999), houve um considerável avanço no que se trata de acessibilidade aos espaços de ensino superior ao ser publicada a portaria n.º 1.679 que assegura aos Portadores de necessidades especiais e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, tendo como referência à NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (ABNT/ NBR – 9050, 2004).

O espaço universitário é reconhecido como paradigma de democracia, portanto, entende-se que o planejamento de seus espaços deva permitir livre acesso de todos os segmentos da sociedade a todos os setores e níveis de ensino e pesquisa (COHEN; DUARTE, 2004).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1. GERAL**

Realizar um levantamento geral das condições de acessibilidade dos Departamentos do Centro de Ciências Biológicas e de Saúde da Universidade Estadual da Paraíba no Campus I situado na cidade de Campina Grande - PB.

### **2.2. ESPECÍFICOS**

Verificar as condições de acessibilidade oferecidas pelos Departamentos do CCBS- UEPB aos PNE;

Diagnosticar os possíveis obstáculos encontrados pelos PNE no CCBS da UEPB.

Descrever quais obstáculos para PNE foram encontrados nos Departamentos dos Centros de Ciências Biológicas e da Saúde.



## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.1 *Acessibilidade no Brasil*

Segundo o Decreto Federal nº 3.956 de 08 de outubro de 2001 (Brasil, 2001), define-se deficiência como a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, reafirma que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas.

As pessoas com deficiência física são aquelas que apresentam alterações musculares, ortopédicas, articulares ou neurológicas, podendo apresentar diversos comprometimentos: dos membros superiores; dos membros inferiores; e da vitalidade, que resulta em menor rendimento no trabalho escolar, em virtude da falta acentuada ou temporária de vigor e agilidade (BRASIL, 2006, p.18).

Muitas leis surgiram nas três esferas da administração pública brasileira: a federal, a estadual e a municipal para garantir os direitos das “pessoas portadoras de deficiência” à educação, ao trabalho, à habitação e ao acesso aos serviços e instalações de saúde e lazer, a eliminar barreiras físicas e naturais e a acabar com a discriminação contra estas pessoas (COHEN; DUARTE, 1995).

A Constituição Brasileira confere aos portadores de deficiência números de vagas no mercado de trabalho, seja no serviço público ou nas instituições privadas, atribuindo responsabilidade as empresas em tornar seu meio físico adaptado, além de oferecer benefícios iguais aos cidadãos com deficiência.

A dificuldade de acesso, não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas, mas também aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária (gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual) ou definitiva, como as amputações, as Hemiplegias (paralisia de apenas um dos lados do corpo) por acidentes vasculares cerebrais, tetraplegias, dentre outras. Por isso a necessidade da construção ou adaptação de edifícios acessíveis a todos.

De acordo com a norma brasileira regulamentar da ABNT 9050 (ABNT/NBR – 9050, 2004) acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e

entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Propiciar o acesso é também uma possibilidade de chegar com segurança ao local desejado, da maneira mais facilitada possível, promovendo e recuperando a dignidade dos portadores de necessidades locomotoras especiais, diminuindo o isolamento social que eles se encontram, favorecendo-lhes possibilidade de lutar por seus sonhos, não encontrando uma imensa barreira arquitetônica a sua frente. E quem sabe com o tempo, através do convívio dos Portadores de necessidades especiais (PNE) no meio social, se derrube também a barreira do preconceito e da indiferença.

Na década de 80, as questões sobre acessibilidade começaram a ser discutidas no Brasil através de movimentos organizados por pessoas com deficiência e comprometidas com a diversidade humana (SANTOS, 2003). Como resultado desse alcance social e da consolidação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, surge primeiramente a Lei nº 7853/89, regulamentada pelo Decreto 3298/99 (Brasil, 1999), que estabeleceu os preceitos fundamentais e os princípios de igualdade e não discriminação entre os cidadãos brasileiros.

Mais recentemente, surgiu a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000 (Brasil, 2000a), que dispõe sobre prioridade de atendimento e outras providências às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. A seguir surgiu a Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 (Brasil, 2000b), estabelecendo normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

No ano de 2004, o Decreto Lei nº 5.296/04 (BRASIL, 2004) estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, facilitando sua independência e transformando-se em um compromisso ético-político.

Os Portadores de necessidades especiais, muitas vezes são excluídos em determinadas funções, ainda conservando a ideia de que todo portador de necessidades locomotoras especiais, pela própria limitação física, torna-se um inválido, opinião essa errônea, visto que as melhores qualidades de um indivíduo estão na sua mente e no seu caráter e não na sua capacidade física.

O novo século passa então a representar inúmeros desafios, que incluem a integração dos considerados diferentes na sociedade globalizada. Estas pessoas possuem necessidades especiais devido às suas dificuldades e limitações, mas necessitam também de ter sua identidade reconhecida e romper com a tradição de uma globalização que as segrega, uma sociedade que as marginaliza e exclui. (COHEN e DUARTE, 1995).

### **3.2      *Acessibilidade na Saúde***

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (Brasília Portaria nº 555/07 – Brasil, 2007).

A Lei n.º 7.853/89 (Brasil, 1989), que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiências e a sua integração social, no que se refere à saúde, atribui ao setor à promoção de ações preventivas; a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação; a garantia de acesso aos estabelecimentos de saúde e do adequado tratamento no seu interior, segundo normas técnicas e padrões apropriados; a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado; e o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiências, desenvolvidos com a participação da sociedade (art. 2.º, Inciso II).

Como no exposto acima as universidades voltadas a cursos de saúde também tiveram que fazer adaptações para poder atender os mais diversos públicos em suas clínicas escolas, promovendo ao máximo, acessibilidade às dependências necessárias ao tratamento, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da

Universidade Estadual da Paraíba não é diferente e procura se adaptar a essas condições para melhor atender ao seu público.

### **3.3 Acessibilidade no Esporte**

Os PNE são sempre taxados como incapacitados e excluídos das atividades cotidianas da sociedade, muitas vezes é no esporte que encontram uma forma de reintegração social, provando sua capacidade de realizar diversas atividades físicas, o que facilita até a reentrada deles no mercado de trabalho, já que a pessoa descobre como lidar com suas limitações.

Em todas as instâncias da atividade social, desportiva, laboral e outras, o exercício voltado para a inclusão de pessoas com deficiências representa um desafio, tanto no sentido de proporcionar uma equiparação de oportunidades, como também de compreensão e de tomada de consciência da inclusão a partir do olhar de pessoas sem deficiência (MAZZARINO e FALKENBACH, 2009).

Conforme Cohen (1998) leis e normas anunciam a conquista dos direitos das pessoas com deficiência à igualdade, mas a distância entre esta conquista e a realidade ainda é grande. A realidade das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo revela poucas oportunidades para engajamento em atividades esportivas, seja com objetivo de recuperação, lazer ou competição.

Diante dessa possibilidade a educação física e o desporto para pessoas com deficiência precisam tratar da importância dos recursos humanos, das instalações, dos materiais e equipamentos, bem como da necessidade de avaliação e da realização de pesquisas nesse campo educacional específico, uma vez que a precariedade pode dificultar e impedir o acesso a essas atividades (MAZZARINO e FALKENBACH, 2009).

Para Mantoan (2006) qualquer restrição ao acesso a um ambiente, que reflita a sociedade em suas diferenças/diversidades, como meio de preparar a pessoa para a cidadania, seria uma diferenciação ou preferência, que estaria limitando em si mesma o direito à igualdade.

Os Portadores de necessidades especiais são tão capazes de praticar esporte quanto qualquer outra pessoa, prova disso são os resultados obtidos nos Jogos Parapan-Americanos, que em 1999 na Cidade do México (México), onde

ocorreu a primeira edição oficial dos jogos para portadores de necessidades especiais, o Brasil ficou na segunda posição do quadro de medalhas, na segunda edição em 2003 realizada na cidade de Mar del Plata (Argentina), o Brasil também ficou na segunda posição, já na terceira edição dos jogos que ocorreu em 2007, realizado na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), o Brasil obteve o primeiro lugar de medalhas, mais recente os Jogos do Parapan-Americanos foi realizado em Guadalajara no Chile, no qual o Brasil foi novamente o primeiro colocado, prova maior de que se incentivados a darmos estruturas físicas e arquitetônicas para o acesso e permanência no esporte eles poderão conseguir tudo que desejam(<http://www.ahebrasil.com.br/historia/parapan-americano>).

### **3.4      *Acessibilidade e Educação.***

Na década de 70, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns, devido o surgimento de propostas de integração, que demonstravam novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia. Houve então uma nova concepção, caracterizando-se a atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia ainda a marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam condições adequadas para atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar (MORAES 2007).

A identidade pessoal e social é essencial para o desenvolvimento de todo indivíduo, enquanto ser humano e enquanto cidadão, A escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento, ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar (PCN- Educação Inclusiva 2004).

A educação inclusiva do aluno com necessidades educacionais especiais - deficiência física, significa no âmbito escolar, a substituição do modelo racionalista ainda predominante na prática docente, fundamentado na padronização, na objetividade, na eficiência e no produto, para uma nova concepção da educação

enquanto um sistema aberto, alicerçado nas dimensões do ser, do fazer e do conviver (BRASIL, 2006).

Uma educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência, com êxito, do aluno no ambiente escolar e que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar suas necessidades e potencialidades. Por isso, é necessário que se adote medidas, dentre as quais, haja interação entre os alunos, reconhecendo todos os tipos de capacidades presentes na escola, de modo a sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem, bem como adotar metodologias diversas e motivadoras, avaliando os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função de seu progresso e de suas conquistas futuras (BRASIL, 1999b).

### **3.5      *Acessibilidade em Instituição de Ensino Superior.***

Esse tema começou a ser enfatizado nacionalmente, desde 1999, quando entrou em vigor a portaria n.º 1.679, de 02 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999a), que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização, reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Essa portaria preconiza que as instituições de ensino superior, ao inserir em seu contexto o estudante com deficiência física, auditiva e visual, têm a responsabilidade de atender às determinações legais e sociais desse segmento, procurando criar serviços que garantam o acesso, ingresso e a permanência dos mesmos.

O censo das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos. Este indicador, apesar do crescimento de 136% das matrículas, reflete a exclusão educacional e social, principalmente das pessoas com deficiência, salienta a necessidade de promover a inclusão e o fortalecimento das políticas de acessibilidade nas instituições de educação superior (Brasília Portaria nº 555/07 – Brasil, 2007).

O indicador de acessibilidade arquitetônica em prédios escolares, em 1998, aponta que 14% dos 6.557 estabelecimentos de ensino com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais possuíam sanitários com acessibilidade.

Em 2006, das 54.412 escolas com matrículas de alunos atendidos pela educação especial, 23,3% possuíam sanitários com acessibilidade e 16,3% registraram ter dependências e vias adequadas (indicador não coletado em 1998), (Brasília, Portaria nº 555/07 – Brasil, 2007).

O espaço universitário deve ser planejado arquitetonicamente de forma que permita livre acesso a todos os portadores de necessidades especiais da sociedade, sem discriminação a nenhum indivíduo, para que assim esses possam não só ingressar nas instituições de ensino superior (IES), mas também tenham condições de nelas permanecer.

O acesso de portadores de necessidades especiais em instituições de ensino também é uma luta contra a discriminação, pois através do convívio dos PNE com as pessoas não portadoras de necessidades especiais diminui a distância que a sociedade muitas vezes coloca entre eles, propiciando o resgate social e de autoestima dos Portadores de necessidades especiais.

O sonho de muitos estudantes é ingressar numa instituição de ensino superior, seja para realização pessoal, valorização profissional ou ambos, para os PNE o sonho não é diferente e cabem as IESs providenciarem estruturas físicas sem obstáculos, para que esses sonhos possam ser realizados.

Segundo Cohen e Duarte (2004) “pode-se considerar que, quando um único aluno for impedido de entrar numa biblioteca ou numa sala de aula pela simples existência de uma barreira física, a função educadora de uma universidade estará sendo colocada imediatamente em xeque”.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 *Desenho do Estudo***

O presente trabalho é pautado na pesquisa utilizando um estudo qualitativo e com corte transversal do tipo observacional com descrição da coleta dos dados, onde o ambiente natural foi fonte direta dos dados e a análise e interpretação dos resultados foram baseadas na NBR 9050 da ABNT (ABNT/NBR 9050, 2004).

## **4.2 Área do Estudo**

O estudo foi realizado nos Departamentos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Estadual de Campina Grande Campus I, observando suas estruturas físicas, identificando as possíveis barreiras arquitetônicas neles existentes.

O prédio dos Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia está construído em terreno inclinado disposto basicamente em quatro patamares, cuja comunicação se faz por escadas. No patamar superior encontram-se salas de aula, sanitários (feminino e masculino), algumas salas de consulta de enfermagem, como o prédio foi construído em terreno inclinado, dependendo da localização que a pessoa esteja pode-se ter dois térreos, em um desses térreos está a construção da clínica de enfermagem, e no outro se encontram salas de aula, sanitários e os auditórios, já no subsolo dispõem-se as salas de direção, sala de professores e sala de vídeo.

O prédio do Departamento de Fisioterapia constitui-se de dois andares, no andar superior, disponível por rampa, encontram-se as salas de aula e de informática, os sanitários masculinos e femininos o auditório e as salas pertencentes à coordenação. No térreo localiza-se a clínica de fisioterapia, onde os alunos atendem a comunidade.

O edifício do Departamento de Odontologia está dividido em dois andares e o acesso a eles se dá por rampa, no térreo tem-se algumas salas de aula e salas consultórios, no andar superior encontram-se salas de aula, sanitários, sala dos professores e sala da coordenação. Anexo a este prédio temos a clínica de odontologia.

O Departamento de Psicologia foi construído em dois andares e o acesso a eles é tanto através de escada como de rampa externa. No andar superior encontra-se o auditório, algumas salas de aula e a clínica de psicologia, no térreo observam-se as salas de aula, a sala de informática e estudo, os sanitários acessíveis e não acessíveis (masculino e feminino) e as salas pertencentes à coordenação do curso.

A edificação do Departamento de Educação Física é a mais extensa de todas, ela é formada por um prédio de dois andares onde a comunicação entre eles se dá através de escadas, no qual encontra-se no andar superior salas de aula amplas e



os sanitários masculinos e femininos e no térreo algumas salas de aula, as salas da coordenação e o sanitário dos funcionários.

O Departamento apresenta ainda uma construção anexa, onde ocorrem as aulas práticas, formada por sala de dança e de antropometria, academia, vestiários, quadra esportiva coberta e externa, piscina semiolímpica, pista de atletismo e praça de alimentação.

Foi observada também a parte externa dos Departamentos no que se refere às vagas de estacionamento de carros reservadas aos PNE, as rampas de acessos das calçadas e orelhões.

### 4.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada nos Departamentos pertencentes ao CCBS e áreas externas dos mesmos, através de medidas, registro fotográfico e observação de estruturas arquitetônicas dos mesmos, tomando como base as determinações da ABNT/NBR 9050, 2004, no que se referem aos mobiliários e cômodos utilizados pelos PNE. Para isso foi elaborado previamente formulários (abaixo exposto), baseado na norma acima citada, para auxiliar na observação e anotação dos dados observados, proporcionando que os itens escolhidos para serem avaliados não passassem despercebidos.

PARTE EXTERNA			
ESTACIONAMENTO	RESERVADAS (V=vagas; R= reservada)	10V = 0R	
		11 A 100V = 1V	
		>100 V = 1%	
CALÇADAS	RAMPAS		
ORELHÃO			

DEPARTAMENTOS		
ENTRADA ACESSIVEL	SIM	
	NÃO	
CORREDORES	0.90 – 1.50	
RAMPAS	INCLINAÇÃO = $HX100/C$	
	LARGURA (120 X 150)	
	ÁREA DE DESCANÇO ( $120^2 - 150^2$ )	
	CORRIMÃO	RESISTÊNCIA
ALTURA		
ESCADAS	DEGRAU	ALTURA
		COMPRIMENTO
	TIPO DE PISO	
ACESSO AS SALA	OBSTÁCULO	SIM
		NÃO
SALAS DE AULA	MESA ACESSIVEL	
	QUADRO A 90CM DO PISO	
PORTAS	ALT. X LARG. (1.20 X 0.80)	
	PROTETOR INFERIOR	
	MAÇANETAS EM ALAVANCAS	
	SE DE CORRER - TRILHO SUPERIOR	
SANITÁRIOS	LARGURA DA PORTA	
	DIMENÇÕES (150 X150)	
	AREA DE MANBRRA (150 X120)	
	BACIA SUSPENSA (0.43 – 0.45)	
	BARRAS DE APOIO	LATERAL
FUNDO		
BEBEDOUROS	ALTURA (0.73 – 0.90)	
	POSIÇÃO DA TORNEIRA (0.50 CM DA PAREDE)	
AUDITÓRIO	ROTA ACES.	SIM
		NÃO
	QUAT. DE CADEIRAS	TOTAL
	ACESSIVEL	ATÉ 25 = 1
		25 – 50 = 2
		51-100 = 3

ESPORTE		
QUADRA	PORTA DE ACESSO DE 1M	
	ARQUIBANCADA P/ PCR E PMR	
PISCINAS	PISO ENTORNO Ñ ESCORREGADIO	
	ACESSO CORRIMÃO EM 3 ALTURAS + RAMPA	
SANITÁRIOS	LARGURA DA PORTA	
	DIMENÇÕES (150 X150)	
	AREA DE MANBRRA (150 X120)	
	BACIA SUSPensa (0.43 – 0.45)	
	BARRAS DE APOIO	LATERAL
FUNDO		
VESTIARIO	BOXER	AREA DE APROX. EXTERNA (120 X 100)
		DIMENSÃO (0.95 X 0.90)
		DESNÍVEL DE 1.5 CM
		BANCO ARTICULADO OU REMOVÍVEL (0.45 X0.70)
		DUCHA A 1M DO PISO
		BARRAS DE APOIO
	LAVATÓRIO	0.80 X120
	BANCOS C/ ENCOSTO	0.45CM X 0.70CM A 0.46CN DO PISO
	ARMÁRIOS	ALTURA (0.40 X 120 CM DO PISO)
		AREA DE CIRCULAÇÃO ENTRE ELES 0.90.CM
SE INDIVIDUAL 180 X 180		

#### 4.4 Delineamento

1ª ETAPA: Realizou-se um levantamento bibliográfico da legislação de acessibilidade e dos principais pressupostos da ABNT/NBR 9050,2004, a seguir foram escolhidos os componentes que seriam avaliados, foi elaborado um formulário tipo Chek list com esses componentes para facilitar as anotações e também propiciar que nenhum desses itens observados fossem esquecidos. Após esse passo foi enviado para o diretor de centro um ofício solicitando liberação para a pesquisa e acesso as dependências dos Departamentos do CCBS da Universidade Estadual da Paraíba de Campina Grande – PB (Anexo I).

2ª ETAPA: Delimitação dos pontos de observação que foram fotografados e/ou medidos e preparação de formulário para a anotação dos mesmos. Foram observados os seguintes itens:

Acesso à entrada dos Departamentos (largura da porta e nível do piso), no acesso aos andares superior foi observado se ocorre por escada, nessa leva-se em conta a altura e comprimento dos degraus, tipo do piso e corrimão, ou por rampa, nela analisa-se a inclinação, largura, patamar de descanso e o corrimão.

Nos corredores observou-se a largura e se ofereciam barreiras para locomoção, no que competem as salas de aula foi avaliado se o acesso a elas oferecia barreira, se tinha mobiliário para PNE, a altura que o quadro estava do piso a largura das portas, se as maçanetas das mesmas eram em forma de alavancas e se nelas existiam revestimento inferior contra impactos, esses três últimos itens foram observados em todas as portas.

Quanto aos sanitários observou-se a sua dimensão, se continha área de manobra, bacias acessíveis e barras de apoio. Foi avaliado também se nos Departamento existiam bebedouros e a sua altura.

Na parta externa foi observado se no estacionamento existiam vagas reservadas para PNE e se estas encontravam-se próximo a entrada dos Departamentos, se havia orelhões adaptados e também foi avaliado se nas calcadas existiam rampas.

3ª ETAPA: Comparação das fotos retiradas nos Departamento com as normas da ABNT, visando à atenção e o acolhimento das pessoas com deficiência física.

#### **4.5 Análise dos Dados**

Os dados dos formulários com as informações referentes à acessibilidade foram observados e comparados às exigências da ABNT/NBR 9050 de 2004.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados os sete Departamentos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, no que se refere à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais oferecida por esses Departamentos, analise esta regida pelas determinações da NBR 9050.

### ***5.1 Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia***

A entrada dos Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia, se dá através de escadas, o que dificulta fortemente o acesso de cadeirantes e portadores de mobilidade reduzida (PMR) as dependências dos mesmos, (Figura 1a e Figura 1b), o que vai de encontro às determinações da norma regulamentar básica da ABNT 9050, a qual indica que todas as entradas de edificações sejam acessíveis, caso isso não seja possível que tenha pelo menos uma entrada nos padrões de acessibilidade.

O acesso aos andares superiores se dá por escadas largas com corrimão em ambos os lados, os degraus estão compatíveis com as exigências da norma consultada ( altura de 15cm a 18 cm e piso de 28 cm a 32cm) e o piso dos mesmos são forrados com borracha antiderrapante (Figura 1c), as escadas não oferecem grandes obstáculos para portadores de mobilidade reduzida, mas para os cadeirantes oferece bastante obstáculo.

O acesso às salas de aula está condizente com a norma consultada neste trabalho, não oferecendo barreira alguma, pois está no mesmo nível que o piso dos corredores que a elas dão acesso (Figura 1d).

As salas de aula são amplas, o quadro esta na altura ideal (90 cm do chão), mas não há carteiras preparadas para os cadeirantes, como indica a NRR 9050 da ABNT de 2004. As portas, tanto das salas de aula como dos outros setores, são padronizadas com 80 cm de largura e as maçanetas tem forma de alavanca, indicadas pela NBR 9050, só não possuem protetor inferior. As salas de aulas e portas dos outros Departamentos seguem os mesmos padrões acima citados.

Os corredores são amplos o suficiente de modo que mesmo os obstáculos que neles existam (bancos, jarros, etc.) não oferecem barreiras para a locomoção e

manobras dos cadeirantes (Figura 1e), obedecendo as determinações da norma consultada para embasamento desse trabalho.



Figura 1 – Acessos às dependências dos Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia (Fig.1a; Fig.1b), andar superior (Fig.1c), salas de aulas (Fig. 1d) e corredores (1e), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

Nos Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia os sanitários reservados para os alunos são separados em masculino e feminino, sendo um par em cada andar, não são acessíveis, possuem três vasos sanitários não sendo adaptados aos PNE, é estreito e tem um lavabo grande no corredor, não sendo possível a locomoção com cadeira de rodas (Figura 2a e 2b), estando totalmente fora das normas indicadas pela NRB 9050 da ABNT de 2004.

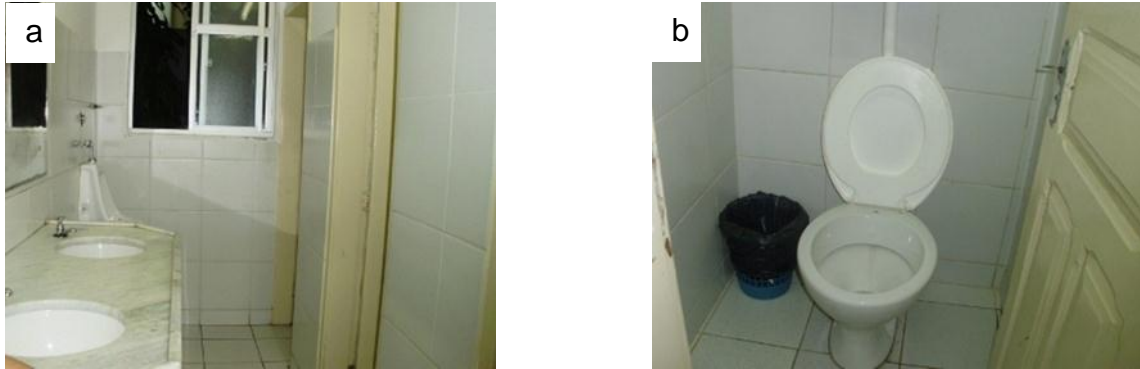


Figura 2 – Dependências dos sanitários disponibilizados aos alunos dos Departamentos de Biologia, Enfermagem e Farmácia, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O auditório não é acessível, pois na entrada há um degrau de aproximadamente 10 cm, e todas as cadeiras estão dispostas em patamares de 10 cm de elevação das cadeiras da frente como de fosse uma escada e na parte plana desse ambiente não há espaços reservados para (Figura3), ficando fora dos padrões dispostos na norma que foi consultada, a qual determina que os auditórios sejam localizados em rota acessível, instalado em local de piso plano e que tenha cadeiras reservadas para portadores de cadeiras de rodas.



Figura 3 – Visão geral do ambiente interno do auditório do Departamento de Biologia, destacando patamares entre os degraus, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.



## **5.2 Departamento de Fisioterapia**

A entrada para esse Departamento é através de uma rampa, com largura boa de 150 cm, toda a rampa é seguida de corrimão com boa resistência e a 90 cm do chão e piso emborrachado (Figura 4), contém uma área de descanso de 150 cm x 120 cm, com leve inclinação, compatível com as determinações da NBR 9050 da ABNT de 2004. A entrada na clínica que esta no térreo não oferece barreira.



Figura 4 – Rampa de acesso ao Departamento de Fisioterapia, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

Os corredores são amplos o suficiente, que mesmo os obstáculos que neles existem (bancos, jarros, etc.) não oferecem barreiras para a locomoção e manobras dos cadeirantes, (Figura 5) condizente com os padrões de acessibilidade.

As portas são padronizadas com 80 cm de largura e as maçanetas tem forma de alavanca, só não possuem protetor inferior. O acesso às salas de aula não oferece barreira alguma, as salas são amplas, o quadro esta na altura ideal (90 cm do chão), itens indicados pela ABNT/NBR 9050 de 2004, mas não há mesa de escrever preparadas para os Portadores de necessidades especiais (PNE).



Figura 5 – Visão geral dos corredores do Departamento de Fisioterapia, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O sanitário é largo, mas não tem vaso e boxe adaptados para cadeirantes, tem uma boa área de aproximação em frente à porta dos vasos, mas não obedecem as normas de acessibilidade da ABNT NBR 9050 de 2004, o corredor em frente à porta do sanitário tem um grande vaso de planta que dificulta a entrada de um cadeirante, mas que poderia ser retirado (Figura 6).



Figura 6 – Visão geral do sanitário do Departamento de Fisioterapia, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O auditório tem entrada acessível, porta de 80 cm, o piso é plano, está localizado em rota acessível e na primeira fila tem dois lugares reservados, sendo um em cada lado do corredor (Figura 7), estando compatível com a literatura consultada para o estudo.

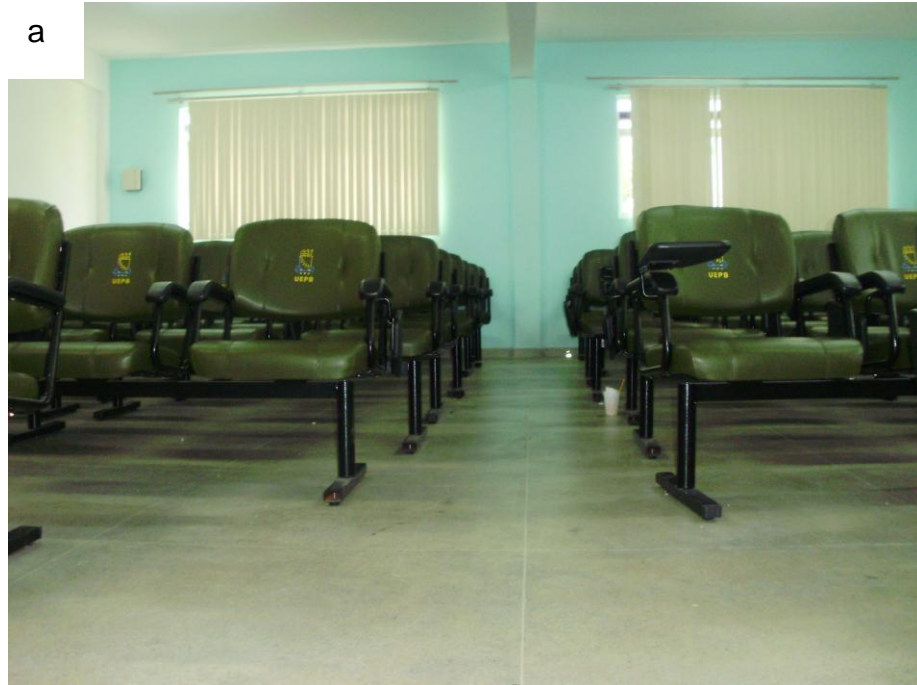


Figura 7 – Visão geral do ambiente interno do auditório do Departamento de Fisioterapia, destacando os espaços centrais para cadeira de rodas, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012

### **5.3 Departamento de Odontologia**

A entrada nesse Departamento não oferece barreira, esta no térreo e não possui degrau algum, a porta de entrada é bastante larga, (Figura 8).



Figura 8 – Acessos às dependências do Departamento de Odontologia, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O acesso ao andar superior se dá por meio de rampa a, mas são estreitas, tendo apenas 115 cm de largura no corredor e 100 cm nas extremidades, medidas que não conduzem com as da ABNT/NBR 9050 de 2004 que padroniza 150 cm para corredores de alto fluxo de pessoas, tem corrimão de boa resistência e a 90 cm do solo e o piso também é emborrachado, (Figura 9a).

Os corredores são mais estreitos que os dos demais departamentos observados tendo a largura mínima exigida para locais de uso público, que é 150cm, a maioria não oferece barreira para a locomoção e manobras dos cadeirantes, os que as tem são depósitos para deposição de lixo e resíduos sólidos. (Figura 9b).

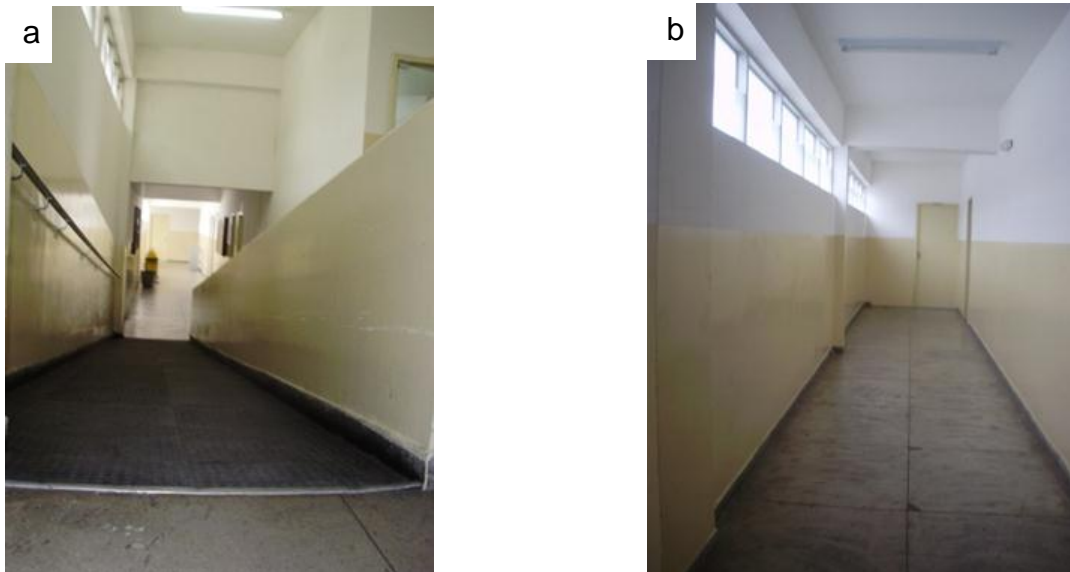


Figura 9 – Acessos ao andar superior dos Departamentos de Odontologia (Fig.9a) e corredor (Fig.9b), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O sanitário é bem comprido (390 cm x 208 cm) e com pia instalada ao fundo, mas não possui vaso adaptado a cadeirantes, tem três vasos para não PNE, (Figura 10). Não possui auditório



Figura 10 – Visão geral do sanitário no Departamento de Odontologia, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

#### 5.4 Departamento de Psicologia

A entrada para a parte térrea desse Departamento oferece uma leve barreira superior de 2,5 cm e a porta é larga, o acesso ao andar superior se faz por escada (larga e com corrimão) na parte interna e por uma rampa externa com largura de 130 cm, esta rampa possui uma área de descanso de 440 cm x 130 cm, o piso é todo é de borracha antiderrapante, mas essa rampa não tem corrimão e não tem condições de manobra devido sua largura (Figura 11a e 11b).



Figura 11 – Acessos às dependências e salas de aula do Departamento de Psicologia (Fig. 11a) e rampa de acesso ao andar superior (Fig. 11b), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.



O auditório tem entrada acessível, com porta larga e piso plano, está em rota acessível e tem espaço para encaixe de cadeira de rodas.

A sala de estudo e informática é ampla e possibilita aos cadeirantes manobras e aproximação à mesa de estudos e aos computadores.

Os corredores são os mais amplos, se comparados com os dos outros Departamentos, mesmo que nele exista obstáculos como bancos, jarros ou outros objetos, não oferecem barreira para a locomoção e manobras dos cadeirantes,.

As portas de todos os setores são padronizadas com 80 cm de largura e as maçanetas tem forma de alavanca, indicadas pela NBR 9050, mas não possuem protetor inferior.

Esse Departamento é o único que possui sanitários acessíveis, os sanitários não adaptados são bastante espaçoso (Figura 12a) e os adaptados para cadeirantes estão distribuídos em dois, sendo um para cada sexo, dentro deles possui grande área de manobra de 270 cm x 270 cm, obedecendo as normas determinadas na ABNT/NBR 9050 de 2004, no que se refere à altura dos vasos, barras de apoio, área de manobra e área de aproximação. O sanitário reservado ao sexo masculino está sendo usado como depósito de materiais, (Figura 12b).

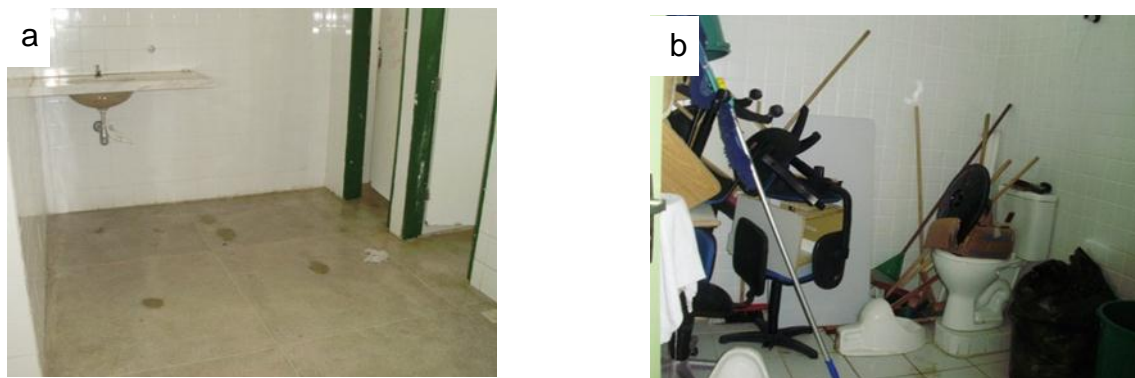


Figura 12 – Visão geral dos sanitários do Departamento de Psicologia, sanitário não adaptado (Fig. 12a) e sanitário masculino adaptado para cadeirantes (Fig. 12b), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

### 5.5 Departamento de Educação Física (DEF)

Dos sete Departamentos avaliados, esse é o mais extenso, a entrada se dá por uma porta larga e com um pequeno obstáculo de 2 cm de elevação, o que causa um pequeno atrito para cadeirante (Figura 13a). O acesso ao andar superior é por meio de escada, essa tem os degraus com altura e largura adequadas, mas não são revestidos com piso antiderrapante ou emborrachado, tornando esse piso escorregadio, o que causa perigo de acidente para portadores de mobilidade reduzida (Figura 13b), as salas de aula são grandes e ventiladas.

Os corredores são amplos o suficiente de maneira que os obstáculos que neles existem (bancos, jarros, etc.) não oferecem barreira para a locomoção e manobras dos cadeirantes. (Figura 13c)



Figura 13 – Acessos às dependências e salas de aula do Departamento de Educação Física (Fig. 13a), andar superior (Fig. 13b) e corredor (Fig. 13c), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

As portas são padronizadas com 80 cm de largura e as maçanetas tem forma de alavanca, indicadas pela NBR 9050, mas não tem protetor inferior. O caso de lugares destinados a esportes, as portas têm que ser padronizadas em no mínimo 100 cm, devido as cadeiras de rodas próprias para esportes serem mais largas que as cadeiras normais.

O sanitário destinado aos alunos encontra-se no andar superior, fato esse que dificulta o acesso de cadeirante a ele, visto que a única forma oferecida pelo DEF para chega até ele é através de escadas. O mesmo é bem comprido (390 cm x 208 cm) e com pia instalada ao fundo, tem três vasos sanitários, mas nenhum deles é adaptado para uso de cadeirantes.

Não possui auditório. A quadra poliesportiva tem três entradas, duas com obstáculos de 10 cm, sendo um de elevação e um de rebaixamento e uma porta larga (2 m) de trilho não rebaixado que pode ser acessada por cadeirantes sem grande dificuldade, pois o único obstáculo que oferece é um trilho no piso que tem uma elevação de 1 cm(Figura 14a). A quadra possui arquibancadas de alvenaria, mas não tem vaga reservada para cadeira de rodas, fato esse que encontra-se em desacordo com a norma NBR 9050 da ABNT de 2004 (Figura 14b), já a quadra externa tem acesso plano, mas não é de alvenaria e sim coberto por britas causando desconforto se percorrido por cadeirantes (Figura 14c).

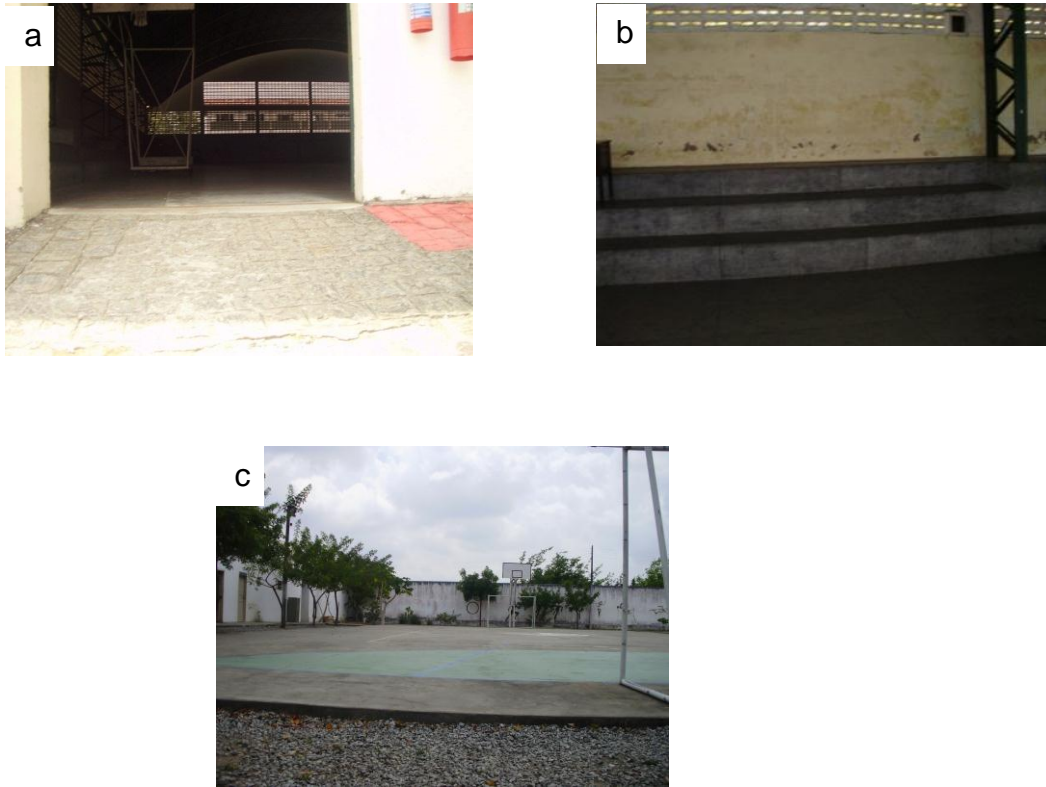


Figura 14 – Acesso à quadra poliesportiva coberta do Departamento de Educação Física (Fig. 14a), arquibancada quadra poliesportiva (Fig. 14b) e quadra poliesportiva externa (Fig. 14c), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

A piscina é semiolímpica, possui chegada acessível e o piso entorno dela é antiderrapante, mas nas suas bordas encontramos uma elevação de 10 cm que dificulta um pouco o cesso de cadeirantes para o interior da piscina. (Figura 15).



Figura 15 – Acesso à piscina semiolímpica do Departamento de Educação Física, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O vestiário possui uma pequena elevação de 2,5 cm na entrada, e sua porta mede 80 cm ao invés de 100 cm, como preconiza a norma que utilizamos para embasamento literário desse trabalho (Figura 16a), tem um boxe com dimensão de 265 cm x 140 cm que possui torneiras na altura adequada para favorecer o alcance por cadeirantes, mas dentro dele não possui banco que os mesmos possam utilizar o para o banho, (Figura 16b). O chuveiro fica a 130 cm do piso, não possui armários, o lavatório esta há na altura de 95 cm (recomendada pela NBR 9050).

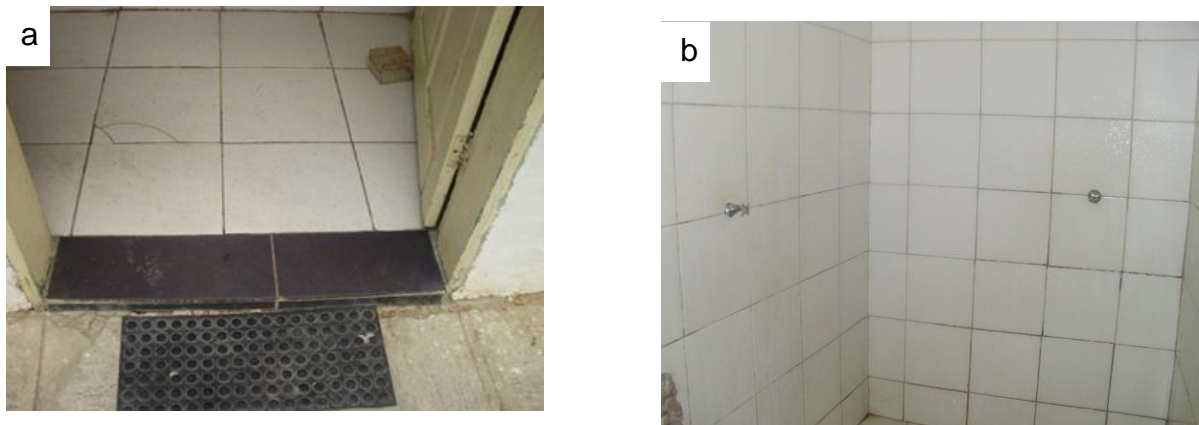


Figura 16 – Acesso ao vestiário do Departamento de Educação Física (Fig. 16a) e box (Fig. 16b), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

A entrada para a pista de atletismo possui um pequeno obstáculo superior (trilho para portão correção) que mede cerca de 4 cm, nas bordas da pista encontramos uma elevação de 10 cm (Figura 17). Essa pista é de areia, não podendo ser utilizada por cadeirantes, fato que poderia ser corrigido, pois existem pistas de atletismo feitas com asfalto.



Figura 17 – Acesso à pista de atletismo do Departamento de Educação Física, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

O espaço de grupo/pesquisa e praça de alimentação é acessível, tendo uma entrada larga que tem uma rampa (Figura 18) e outra entrada plana.



Figura 18 – Acesso ao espaço de grupo e centro de estudos e pesquisa do Departamento de Educação Física, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.



A entrada da academia possui uma porta larga (2m) com um obstáculo de 10 cm de rebaixamento do piso do corredor, já a entrada da sala de dança possui um obstáculo de 5 cm de elevação do piso do corredor, (Figura 19), estando ambas em desacordo com a ABNT/NBR 9050 de 2004, que preconiza que o piso das entradas das salas estejam no mesmo nível que a piso que lhe deu acesso.



Figura 19 – Acesso a sala de dança do Departamento de Educação Física, CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

### 5.6 Parte externa dos Departamentos

Tem muita vaga para estacionamento de carros, mas nenhuma reservada para PNE (Figura 20a), visto que o ideal seria que em todos os estacionamentos existissem vagas reservadas para portadores de necessidades especiais próximas as entradas principais dos edifícios. As calçadas são rebaixadas para circulação de cadeirantes, mas os rebaixamentos não são sinalizados, como determina a norma regulamentar básica 9050 da ABNT de 2004 (Figura 20b) e em toda a parte externa dos departamentos do CCBS avaliado não existe telefone público adaptado para cadeirantes.

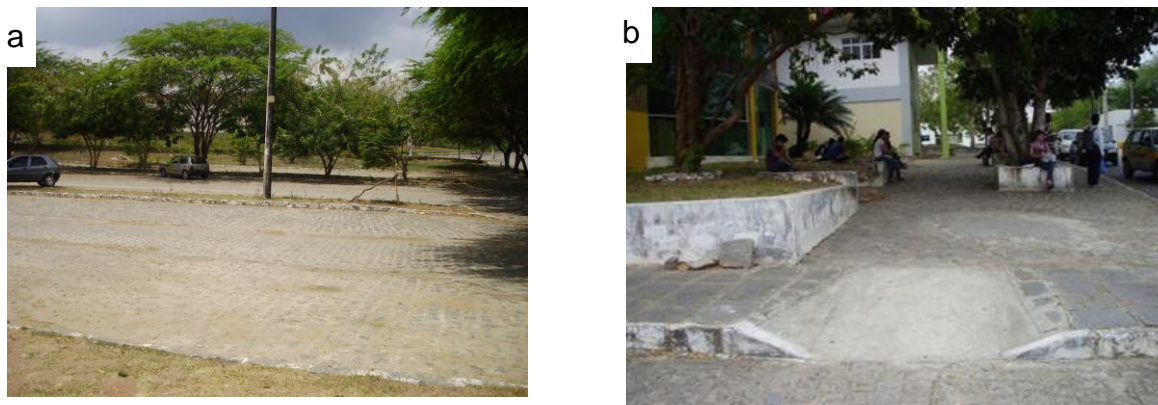


Figura 20 – Visão geral de um dos estacionamentos (Fig. 20a) e calçada rebaixada para acesso de cadeirantes (Fig. 20b), CCBS – UEPB (Campus I – Campina Grande – PB), com imagens realizadas entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ao avaliar as condições de acessibilidade dos Departamentos do CCBS pretende fornecer contribuições para o melhoramento da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nestes Departamentos, através dos itens ainda não enquadrados no que determina as normas previstas na NBR 9050, assim favorecendo o ingresso e permanência dos Portadores de necessidades especiais nesta instituição de nível superior, propiciando uma sociedade mais justa e consciente.

A maioria dos prédios do CCBS é antiga, não atingindo os itens dispostos na norma de acessibilidade, mas a realidade faz buscar adaptações para comportar essa clientela que antes estava confinada ao seu lar e agora almeja cada vez mais dignidade, equidade e respeito ao direito de conviver de forma igualitária em locais públicos.

Acessibilidade aos Portadores de necessidades especiais nas instituições de ensino superior seja para estudar ou para trabalhar, é benéfico não só para eles, mas para toda a sociedade, pois propicia o contato direto entre PNE e pessoas não portadoras de deficiência física. Através do convívio favorece a diminuição da discriminação em relação à capacidade que cada pessoa tem, independentemente de forma física ou locomotora que tenha, afinal sabe-se que ainda existe muito preconceito em relação aos deficientes físicos e que muitos deles permanecem em seus lares, escondidos por suas famílias.

Esse fato fortalece a importância de que a acessibilidade não seja somente de ordem física, mas também priorize a sociabilidade e o convívio dentro do ambiente educacional, a final educar é também formar indivíduos mais justos e socialmente mais conscientes, não cabendo dentro de uma instituição de ensino superior espaço para preconceito e segregação.

Alguns Departamentos como os de psicologia e fisioterapia, por muitas vezes tratarem de pacientes com problemas de mobilidade física, já atentaram para o fato da acessibilidade. O primeiro por ser um prédio novo foi construído dentro dos parâmetros de edificações para acessibilidade aos Portadores de necessidades especiais, mas sua rampa poderia ter sido construída um pouco mais larga. Já o de

fisioterapia fez modificações e adaptações em seus cômodos para os níveis de inacessibilidade, mas o seu sanitário não tem nada de acessível.

O prédio dos Departamentos como os de farmácia, biologia e enfermagem são os que oferecem mais obstáculos aos PNE, pois a entrada para o departamento, o acesso ao andar superior e os sanitários não condizem com o proposto na NBR 9050 da ABNT. O Departamento de educação física oferece barreira arquitetônica no acesso ao andar superior e ao sanitário, já o prédio anexo só precisa de algumas adaptações para tornar-se acessível. É necessário que se faça ajustes nesses departamentos para que possam dar acesso com dignidade e respeito aos PNE.

Quanto a parte externa, os estacionamentos não têm vagas reservadas, as calçadas têm rampa de acesso, mas devido todo o departamento ser calçado por paralelepípedo seria interessante que eles fossem interligados por passarelas de piso de placas de concreto para diminuir o atrito.

Os objetivos desse trabalho foram plenamente alcançados, pois através da comparação e análise das normas básicas para a acessibilidade dos PNE (NBR 9050) e as estruturas arquitetônicas dos prédios dos Departamentos do CCBS pôde-se ter um levantamento das possíveis barreiras arquitetônicas por eles oferecidas, para uma possível solução futura.

Infelizmente ainda são poucas as pessoas com deficiência que tem acesso ao ensino superior, por isso, é de fundamental importância ultrapassar a fronteira da teoria e favorecer condições para que essa realidade possa ser mudada, tornando o mundo um pouco melhor e menos desigual.

## 7 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 90/50. **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais - Deficiência Física**. Brasília, 2006.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/PNE/salamanca.PNE>>. Acesso em: 19 de nov. de 2011.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 19 de nov. de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro 1999**. Regulamenta a Lei nº. 7.7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Lex : Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, v.63, n.12, dez. 1999b.

BRASIL. **Decreto Federal nº 3.956 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm)>. Acesso em: 19 de nov. de 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de Dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de Novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2004.

BRASIL. **Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007,** prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL, **Lei nº 7.853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social.** Brasília, 1989.

BRASIL, **Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

BRASIL, **Lei 10.048/00. Atendimento às pessoas com deficiência pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo.** Brasília, 2000.

BRASIL, **Lei nº 10.098/00. Acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.** Brasília, 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União, Brasília, n.231-E, p.20-21, 3 dez. 1999a. Seção 1.

Censo 2010 e pessoas com deficiência. **Jornal Nacional.** Rio de Janeiro. Edição 21/11/2011 21h04 - Atualizado em 21/11/2011 21h05. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/11/censo-2010-reforca-desafio-do-brasil-em-dar-uma-vida-digna-aos-deficientes.html>>. Acessado em: 30 de jan. de 2012.

COHEN, R. **Estratégias para a promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.** In: SEMINÁRIO DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI. Rio de Janeiro: Instituto de pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/def/artigo37.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

\_\_\_\_\_ ; DUARTE, C R; Segregação e Exclusão Sócio-Espacial: A Questão dos Portadores de necessidades especiais - ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: Modernidade, Exclusão e Espacialidade do Futuro, 1995, Brasília. In Anais do VI Encontro Nacional Da ANPUR. 1995.

\_\_\_\_\_. **Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa:** Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico? In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. Anais NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004.  
**Jogos ParaPan – Americanos.** Disponível em: <http://www.ahebrasil.com.br/historia/parapan-americano/>. Acesso em: 20 de fev. 2012.

MORAES; M. G. de. **Acessibilidade e Inclusão Social em Escolas.** Monografia BAURU, 2007. Disponível em:  
 <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Marina%20Grava%20-20Final.PNE>>. Acesso em: 20 de set. de 2011.

MAZZARINO ,J.M.; FALKENBACH,A.P. Acessibilidade nas aulas de natação para pessoas com deficiência. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 14 - Nº 137 - Outubro de 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer?. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. P.95.

PCN, Educação Inclusiva: A Fundamentação Filosófica. Brasília, 2004

SANTOS, G.M.; **Normalização da Acessibilidade:** Novas Fronteiras?. Superintendente CB-40/Comitê Brasileiro de Acessibilidade. São Paulo, SP. Brasil, 2003.

**ANEXO**





# UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA


De: Prof<sup>a</sup> Érica Caldas Silva de Oliveira

Para: Direção do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)

Ilmo. Sr. Dr. Eduardo Barbosa Beserra

Senhor Diretor, a aluna Márcia Michele C. Neves, matrícula (071161937), do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno) e provável concluinte do período 2011. 2, pretende desenvolver a pesquisa intitulada: ***Avaliação da Acessibilidade no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da UEPB para os Portadores de Deficiência Física (PDF)***, sob minha orientação, para tanto vem através deste documento solicitar o acesso as dependências dos departamentos do CCBS com o objetivo de coligir dados para a realização deste que é seu Trabalho de Conclusão de Curso. Estou encaminhando anexada a solicitação cópia do Projeto, de forma que a Direção do Centro e Chefias de Departamentos fiquem cientes da proposta e esclareçam possíveis dúvidas que se coloquem ao Processo.

Atenciosamente,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
  
Prof.<sup>a</sup> Érica Caldas Silva de Oliveira  
Coord. Adjunta do Curso de Biologia  
Mat. 1224301

Érica Caldas S. de Oliveira

Campina Grande, 28 de outubro de 2011.